

148 - MEIO AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA NO ASSENTAMENTO FINCA PÉ EM PRESIDENTE VARGAS – MA

Márcia de Sousa Veras ¹; Alessandro Costa da Silva ².

RESUMO

Este trabalho aborda uma visão geral sobre a questão agrária e a política de divisão de terras por meio de assentamentos rurais, em particular o caso do “Finca Pé” em Presidente Vargas-MA. A Reforma Agrária nas cidades brasileiras vem acontecendo de forma incipiente, tendo como foque central a “terra”, sem levar em consideração a degradação dos recursos naturais e a saúde e educação do assentado. Embora este quadro seja alarmante, atualmente as sistemáticas empregadas nos planejamentos vêm sendo levantadas diversas temáticas dentre elas: capacitações, saúde, educação, produção, infra-estrutura, comercialização e meio ambiente. Tais discussões servem como tentativa de inserir a sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento, assentamento, maranhão.

INTRODUÇÃO

A questão agrária no Brasil sempre foi tema de discussão e infelizmente está entre os maiores problemas sociais do país. Uma das causas deve-se ao fato das terras mais férteis e produtivas geralmente ficarem concentradas na agricultura patronal, enquanto à agricultura familiar coube porções de terras de baixa fertilidade. A Reforma Agrária neste país tornou-se mais efetiva a partir de outubro de 1985 devido ao decreto 91.766 que implantou o Plano Nacional de reforma Agrária (PNRA).

Por pressões sociais, visando ações como articulador de uma política de intervenção junto do Governo, a agricultor familiar no Brasil ganhou evidência. Atualmente é meta de governo tanto em nível estadual quanto federal, contemplando: a) ações ligadas ao crédito, inclusão do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar; b) o Projeto Lumiar (1997/2000) e , em 1999, o Programa “Novo Mundo Rural” onde estão previstos a execução do PDA - Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos conjuntamente a exigência do Sistema de Informação dos Produtores Rurais da Reforma Agrária (SIPRA). O PDA vem delimitando-se com uma inserção de propostas respaldado no

¹ Mestranda em Agroecologia da Universidade Estadual do Maranhão. . E-mail: mar.veras@bol.com.br

² Prof. Dr. Mestrado em Agroecologia. E-mail: alessandro@cecen.uema.br

modelo de desenvolvimento sustentável; c) em última instância o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) e o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS).

Os vários enfoques sobre sustentabilidade tem contribuído para diferenciação nos modelos de desenvolvimento de assentamentos. Nesse novo contexto os agricultores maranhenses têm encontrado problemas para implantação de práticas sustentáveis como baixa perspectiva de vida dos assentados, falta de assistência na área de educação, saúde e técnica, dificuldades de acesso ao crédito, dentre outras.

O programa de assentamento utilizado como área de estudo foi o "Finca Pé", que por estar em área da união, constitui terras sob jurisdição do INCRA. Muito embora no estado do Maranhão o Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) e o Núcleo Estadual e Pesquisas Especiais (NEPE) sejam os órgãos competentes para resoluções de problemas agrários. Esta situação dificulta a implementação de políticas públicas nesta localidade, pois em alguns momentos os governos federal e estadual, chegam a disputar os projetos destes assentamentos. Neste sentido, este trabalho pretende-se fazer uma abordagem e um questionamento por meio de metodologia participativa visando propostas para um real plano de desenvolvimento de assentamento.

METODOLOGIA

A área de estudo desta pesquisa foi o assentamento "Finca Pé", situado à 12 km da sede do município de Presidente Vargas-MA, com área de 450 ha. Presidente Vargas, que está inserido na microrregião de Itapecuru-Mirim, caracteriza-se como um dos municípios sem muita relevância para o estado do Maranhão.

O diagnóstico foi elaborado por meio de metodologia de Intervenção Participativa dos Atores (INPA), que constitui um instrumento de abordagem que utiliza técnicas, dinâmicas, entrevistas, visando a coleta de informações da real situação do assentamento.

A coleta de dados sobre o município foram obtidas por meio de consultas ao Censo demográfico e Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de consultas e entrevista junto ao poder público.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que diz respeito à densidade demográfica no assentamento “Finca Pé” percebe-se um alto nível de adensamento populacional, devendo observar a preservação legal no assentamento. O assentamento que deveria suportar até 19 famílias, já apresenta 25 famílias onde cada família disponibilizaria de 20 ha existentes, 5 ha para área de reserva e 15 ha de área útil. Esta última área, 5 ha de área ficaria reservada para área de pasto e, 10 ha serviria para uso com capoeira ou roça. Desta maneira só seria possível admitir 22 famílias, uma já estaria extrapolando a capacidade de suporte do assentamento. Ainda assim, faltaria destinar uma parcela da área correspondente por cada assentado para uso urbano para formar a área de patrimônio, destinados para utilização urbana e em muito os assentados vêm desta maneira relacionando-se de forma comunitária.

Os sistemas agrícolas no assentamento em estudo inclui lavouras em consórcio de milho, mandioca, melancia, abóbora, maxixe, quiabo, normalmente em 3 linhas (cerca de 1 ha) por família. A criação de animal é pouco relevante e com pouca produção de biomassa para cobertura e reciclagem para manutenção e recuperação da produtividade dos solos, que são fracos e formados por Associação de Plintossolo Concrecionário + Planossolo. No que diz respeito às áreas de preservação existentes e demonstradas pelos agricultores não estão ainda obedecendo, a rigor, a conservação. A reserva legal não corresponde à área exigida mediante o estado degradado na busca por uma terra mais produtiva.

Os agricultores, infelizmente, ainda não disponibilizam de um sistema agroflorestal, a fim de conferir estabilidade e sustentabilidade (ecológica e econômica) às atividades desenvolvidas no assentamento. A baixa escolaridade, e baixa qualidade e expectativa de vida é evidente em todas as famílias, sendo que nas mulheres este quadro é mais desgastante principalmente para as quebradeiras de côco (atividade econômica no maranhão que rendeu a criação de uma ONG: MIQCB, Movimento das Quebradeiras de Côco).

As organizações neste assentamento são bastante fragilizadas pela pouca disponibilidade ou mesmo pouca experiência de programas de desenvolvimento que levem em consideração as peculiaridades locais. Quanto à saúde e educação o quadro é tão alarmante que imediatamente devem ser inseridas políticas públicas, visando resgatar a auto-estima e seus direitos constitucionais.

A apresentação das propostas (não sendo pretensão aqui relatar) surge da aproximação do que se vivenciou *in loco* no assentamento "Finca Pé". Partindo da premissa que os agricultores familiares se encontram numa situação de agricultura de subsistência e comercialização e, vivendo ainda do excedente e muitas vezes já comprometidos ainda na colheita, propõem-se melhorias na agricultura desenvolvida dentro da realidade dos mesmos.

No que tange a inserção de segurança alimentar, busca-se abranger fruticultura e diversificação no fundo de quintal que muitas vezes identificado como divisão de tarefas estabelecendo-se relação com o trabalho das mulheres, jovens e idosos. Quando se faz referência à saúde e educação imediatamente buscam-se políticas públicas e neste instante as estratégias com o poder local, imprescindível nos direitos constitucionais, que dependerão diretamente do nível de organização em que se encontra a comunidade buscando eliminar a subsidiariedade e fortalecimento da identidade ou mesmo dimensão cultural comumente encontrada em virtude a baixa escolaridade

Existe uma necessidade iminente de informação para que, tecnicamente, estejamos apontando as deficiências para que possam ser minimizadas. A assistência técnica assídua e participativa visando a qualificação deve funcionar como complemento junto a capacidade produtiva dos agricultores rurais e/ou somando como atividade inovadora aos mesmos. Outra dimensão se dá quanto ao assistencialismo que não deve mais se apresentar de forma tradicional, mas com um novo formato agroecológico, construído dentro da proposta participativa. Um dos maiores desafios se faz pelo imediatismo, bastante oposto a esta nova dimensão de desenvolvimento. Diante do exposto neste trabalho sugere-se:

- i) repensar o desenvolvimento sustentável é valorizar o trabalho humano, valorizando a capacidade de aprendizagem a ser trabalhada ou mesmo construída visto que requer a continuidade permanente, ficando pautada em uma nova conjuntura de Educação Rural,
- ii) aumentar as possibilidades de profissionais no campo e desta forma construir uma nova postura nas políticas públicas e
- iii) propor saídas para a exclusão social das comunidades por meio de modelos agroecológicos. Estes modelos de desenvolvimento estão ao alcance do agricultor e justificados na reposição da vegetação e melhoria da qualidade dos solos por ser fortemente influenciada pela mesma.